



Momentos Históricos

AITEPI 40 Anos

NA DEFESA DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO | Ano III - Nº 1 | OUT/NOV/2019 | TERESINA-PIAUI

Vanguarda da luta sindical

Desde sua fundação em 17 de setembro de 1979, que a AITEPI se mantém no front na defesa das prerrogativas dos Auditores Fiscais..., e na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Entrevistas:

Paula Mazullo | Rubervam Du Nascimento



revista - Edição: Nº 1 | Piauí

entrevistas



Paula Mazullo



Rubervam Du Nascimento



Francisco Luís Lima

Conquista: Resultado do Trabalho

Uma Edição da AITEPI - Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho do Piauí

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Francisco Luís Lima

Vice-Presidente: Margarida Lúcia Mendes de Alencar

1º Dir Administração: Paula Maria do Nascimento Mazullo

2º Dir Administração: Talita Fontenele Monte Leal

1º Dir Planj. Patr. e Exec. Financeira: Maria do

Socorro Monte de Moraes Araújo

2º Dir Planj. Patr. e Exec. Financeira: Maria de Fátima Ferreira de Sousa

1º Dir de Cultura e Divulgação: Soraya Lima Mousinho Fernandes

2º Dir de Cultura e Divulgação: Cândido Bezerra da Silva

1º Dir Social: Inês Resende Ferreira

2º Dir Social: Maise Gonçalves Maia Alencar

1º Dir de Assuntos Jurídicos: Ingrid Samanta Mazza Moraes

2º Dir de Assuntos Jurídicos: Lina Josefina de Castro Nogueira

CONSELHO FISCAL: Sandra Assunção e Silva dos Santos Rocha

Rosemberguer de Almeida Cronembreger

Edivar Francisco da Rocha

SUPLENTES: Donato Baião Barreto

Cláudio Teotônio Luz

Maria Madalena Duarte Lopes Siqueira

Dir. Repres. da Unidade de Parnaíba: Paulo Cesar Lima

Dir. Repres. da Unidade de Picos: Maria Wanete Reis Antão

Dir. Repres. da Unidade de Floriano: Raimundo Gomes Feitosa Filho.

Jornalista Responsável: Francisco Carlos Mascarenhas RG-DRT-PI: 1696

Projeto Gráfico | Diagramação /Jornalista Giovani Castro - DRT-PI: 0001709

Fotos: Arquivo

AITEPI: 40 anos de luta...

Por Carlos Mascarenhas

A Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho, vem de público assumir seu lugar de vanguarda da luta sindical. Nasceu assim desde 17 de setembro de 1979, portanto, 40 anos de lutas e conquistas sob o olhar atento de seus protagonistas, os auditores fiscais..., o que se ler mais nas páginas 18 e 19.

Para o presidente da AITEPI, Auditor Francisco Luís Lima, esta revista chega em boa hora para confirmar que o diálogo supera o medo e a raiva, dois fenômenos que acompanham o ser humano e quando se juntam alimentam o fundamentalismo, hoje em ascensão no mundo e no Brasil não fica a desejar, vide as receitas neoliberais em curso. Mais sobre essa sanha capitalista pode se ler nas entrevistas exclusivas de Paula Mazullo e Rubervam Du Nascimento, linhas de frente no combate aos trabalho escravo e infantil..., descrita da página 3 a 16.

Mas voltando pro fenômeno medo/raiva, como evita-los? Luís Lima acredita como condição realista para superá-los, “só a participação coletiva, uma prática da AITEPI ao longo desses 40 anos, sempre insistindo no diálogo como ferramenta para buscar solução para o conflito capital versus trabalho”. Informa que sempre foi assim desde que a Inspeção do Trabalho foi criada em 1833 na Inglaterra, onde os inspetores possuíam autonomia e podiam solucionar conflitos trabalhistas, e a primeira consequência daquele período, dessa nova Inspeção do Trabalho, “foi o respeito à jornada de trabalho de crianças, adolescentes e mulheres, que eram submetidos a jornadas de trabalho de até 15 horas em locais insalubres”.

No Brasil, no governo de Getúlio Vargas foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 26/nov/1930, e junto com este, o Departamento Nacional do Trabalho dividido em duas seções: Organização, Higiene, Segurança e Inspeção do Trabalho e Previdência Social, Patrocínio Operário e Atuária. “No governo atual o MTE foi extinto, numa tentativa de combater a Fiscalização Trabalhista, mas não tem jeito, os Auditores Fiscais são Agentes Públicos, pertencem a Carreiras Típicas de Estado, com poder inclusive de polícia para realizar seu trabalho de fiscalização, conforme assegura a CF/88”.

Enfim, o leitor(a) de posse desta revista, compreenderá melhor a longa trajetória da AITEPI, confirmando porque ainda hoje continua vanguarda da luta sindical. “Às gerações futuras que apanhe nosso vigor e siga, porque a causa do Auditor Fiscal do Trabalho ela é nobre. Me orgulho de fazer parte desta categoria, com quem muito aprendi e aprendo, tanto que chegamos até aqui com vitalidade, mas graças ao empenho de toda a nossa diretoria, passada e presente, o que agradeço de coração”, disse Luís Lima.

Boa Leitura.

Como tudo começou

Por Carlos Mascarenhas

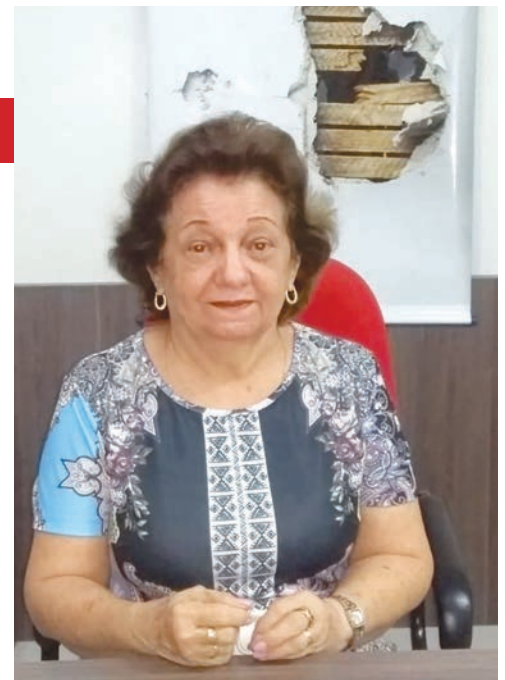
Corria o ano de 1978. **Maria do Socorro Monte de Morais Araújo** (“Socorrinha”, como é carinhosamente chamada pelos colegas), ingressou no serviço público através de concurso realizado em 1975, assumindo o cargo de **Inspetora do Trabalho no ano seguinte, precisamente em 1º/4/1976. Indicada pela então Delegacia do Trabalho, Socorrinha viajou a Brasília pra se juntar a outros inspetores para fazer treinamento de monitor, advindo desses encontros a ideia de criação de associações em cada Estado e com isso a criação da FASIBRA (Federação dos Inspectores do Trabalho do Brasil), entidade fundada em 31 de maio de 1980, com objetivo de ser representante da luta pelos direitos da Inspeção do Trabalho em Brasília.**

Com certa saudade, Socorrinha lembra das lutas que foram feitas para conquistar o adicional de 20% para o pessoal de nível superior, gratificações, periculosidade... Ressalta que a partir de 1988 as lutas se ampliaram com a fundação do SINAIT (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, antes inspetores do trabalho), dois dias após a promulgação da Consti-

tuição Federal, em 5 de outubro de 1988, onde ficou garantido o direito do servidor público se organizar em sindicato”. O SINAIT foi o primeiro sindicato nacional de servidor público a conseguir seu registro como representante legal da categoria Auditores Fiscais do Trabalho.

Quando o presidente José Sarney assumiu em 1985, os Auditores Fiscais do Trabalho do Piauí decidiram, em assembleia geral, acompanhando orientação nacional, pautar como reivindicação para assumir o cargo de Delegado da então Delegacia Regional do Trabalho, hoje Superintendência, somente funcionários de carreira do Ministério do Trabalho. “Lutamos pra mudar essa situação e conseguimos. O cargo foi ocupado pela colega Auditora Fiscal Maria José Costa e Castro (Bizét), mais uma vitória da AITEPI e dos trabalhadores”. A DRT/PI por esse período, lembra Socorrinha, passou a ser considerada por muitos como a casa do trabalhador, porque começou a fazer as primeiras negociações coletivas e individuais, “quer dizer, o trabalhador não saía da Delegacia do Trabalho sem atendimento, além de trabalharmos várias questões junto com os sindicatos”.

Como a luta pela democracia avançava no país, no Piauí não poderia ser diferente. Socorrinha diz que as portas da DRT/PI foram abertas, e o trabalho, dedicação feito com amor por todos os Auditores Fiscais, embora com o quadro reduzido, “50 Auditores Fiscais pra cobrir todo o Estado, mas se fiscalizava as empresas, coisa que os patrões não gostavam, pois a mentalidade existente era de acusar a fiscalização



Primeira secretária da AITEPI, em 1979

quando esta constatava in loco as péssimas condições trabalho, fazia cumprir seu papel constitucional de garantir os direitos, bem como manter preservada a integridade dos trabalhadores, inclusive no seu ambiente de trabalho”.

Sobre a iniciativa da AITEPI editar uma revista, pra lembrar seus 40 anos, diz considerar uma ideia louvável. “Contar nossa história de lutas, como tudo aconteceu para as futuras gerações é muito importante. A causa da fiscalização trabalhista é nobre, é nossa primeira missão enquanto Auditores Fiscais do Trabalho. As gerações que virão depois da minha, compreenderão melhor a nossa luta ao lerem este material daqui a alguns anos, pois se foi importante no passado, hoje mais do que nunca se faz necessário continuarmos lutando. Neste sentido, me sinto honrada em fazer parte da comemoração desses 40 anos da AITEPI, porque pwwarticipo da mesma desde a sua fundação, em 17 de setembro de 1979, fui sua primeira secretária e presidente por vários mandatos, não porque eu quisesse, mas porque os companheiros(as) me davam essa missão pra servir à nossa causa, e a defesa dos trabalhadores”.

Entrevista

AITEPI, guarda-chuva da luta de classes...

Por Carlos Mascarenhas

No final de setembro, no primeiro andar da sede da Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho-AITEPI, por volta das 11 horas, chego para entrevistar a auditora fiscal Paula Maria do Nascimento Mazullo, carinhosamente “dra Paula” como é chamada pelos colegas de profissão e lideranças do movimento sindical. Me alerta sobre o horário: “Vamos ficar de olho no tempo, porque lá em casa quem faz a comida sou eu”, “tudo bem”, respondi. Sobre a mesa dois livros me chamam atenção: Como as democracias morrem e Fascismo: um alerta, o que aproveito nesta introdução para indicá-los como leitura indispensável... Enfim, no mês de setembro a AITEPI completou 40 anos de existência, o que para nossa entrevistada é um marco em si, pelo sentido político que essa entidade representou e representa para a categoria. Apesar de ter sido criada como entidade recreativa, “... nós usamos esse guarda-chuva da AITEPI para fazer política de classe...”, disse Paula Mazullo é formada em Direito pela UFPI. Confira na entrevista que segue, exclusiva para esta edição. Boa leitura.



Carlos Mascarenhas - Como a senhora vê a iniciativa da atual diretoria da AITEPI editar uma revista pra lembrar os 40 anos de existência?

Paula Maria do Nascimento Mazullo – Pra mim, a AITEPI completar 40 anos é um marco em si, pelo sentido político que ela representou e representa nesse processo todo. Fazer uma revista é também preservar essa memória, porque vamos colocar nesta um material que daqui a dez, vinte anos ele será olhado e mostrado como os auditores fiscais do trabalho, no Piauí, foram capazes de interferir numa realidade sob o abrigo da associação que eles pertenciam. É bom lembrar que, quando a Associação foi fundada, em 17 de setembro de 1979, a Constituição não permitia que servidores públicos se organizassem em sindicatos. Então a AITEPI foi criada como uma entidade recreativa, pra festejar aniversário,

fazer lazer, essas coisas, mas na verdade nós usamos esse guarda-chuva da AITEPI para fazer política de classe, e o mais importante: interferir nas realidades do mundo do trabalho.

CM - E conseguiu?

PMNM – Sim, tanto que as denúncias da existência de trabalho escravo contemporâneo no Piauí ganharam fôlego a partir da AITEPI, saíram daqui e ganharam mundo, inclusive chegando até a OIT (Organização Internacional do Trabalho). Enquanto servidores públicos, nos organizamos em sindicatos somente em 1988. Mas a associação continuou fazendo o seu trabalho, e ainda hoje ela tem essa importância política, porque foi aqui, digo a partir da AITEPI, que foram consolidados os marcos da luta pela melhoria das condições de trabalho da classe, e da classe trabalhadora do nosso estado, especialmente os trabalhadores rurais, e todas

essas grandes mudanças ocorreram a partir das discussões que fizemos sob o abrigo desta entidade. Eu tenho orgulho de pertencer a AITEPI. Quando eu cheguei já existia, então me juntei àquela luta que outros companheiros (as) faziam, mas é de uma importância imensa, o que pouca gente conhece. Tivemos colegas assim valiosos (as), guerreiros (as) dentro dessa associação, mas todos engajados nessa luta, nesse espírito corporativo, não corporativo do ponto de vista da condição de servidor, mas da compreensão do que era ser auditor fiscal do trabalho, e ter uma entidade que pudesse dar voz a essas lutas dos auditores fiscais enquanto categoria, além de fazermos grandes parcerias com os

“
... O MTE
deixou de
existir, eu diria
que ele foi
esquartejado...
”



trabalhadores urbanos, tanto é que a gente denunciou as mazelas do trabalho no Piauí, a partir da AITEPI.

CM - Como avalia o fim do Ministério do Trabalho?

PMNM – De fato o MTE não existe mais. Num país capitalista que está no momento sob os auspícios político de uma vertente ultraliberal, de ultradireita, é de se compreender porque o Ministério do Trabalho deixou de existir. O MTE representava o marco de proteção do trabalhador no Brasil desde a era Vargas, e sua extinção não é só a extinção de um órgão da administração pública, não estou dizendo que o Ministério do Trabalho é mais importante que os outros ministérios, mas que ele carrega em si um símbolo para o Brasil, como país capitalista. Num país em que o capital e o trabalho andam juntos, e o Estado é irmão siamês do capital, constitucionalmente falando (na Constituição, no artigo 1º, IV, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa estão juntos), ele deveria ter um órgão que cuidasse do sistema de proteção do trabalho, que é simbolizado através do MTE, na esfera do executivo, e da Justiça do Trabalho que é o poder judiciário trabalhista, bem como, através do Ministério Público do Trabalho. Essas três instituições formam o tripé do sistema institucional de proteção ao trabalho no Brasil. Esse sistema de proteção, hoje, destaca apenas que o MTE deixou de existir, e eu

diria que ele foi esquartejado, pois está distribuído em vários outros ministérios. A secretaria que representa hoje a inspeção do trabalho, está abrigada na estrutura do Ministério da Economia e nisso há todo um simbolismo, não é apenas acabar com o MTE, mas exatamente porque era um ministério que funcionava. O MTE pautou, inclusive na agenda do Congresso Nacional, através de seus auditores fiscais do trabalho, para proteger esse sistema de proteção, colocou na agenda pública no Brasil o combate ao trabalho escravo, o combate ao trabalho infantil, o combate aos acidentes de trabalho em que o Brasil é um dos campeões, então tudo foi feito através da auditoria fiscal do trabalho. E o MTE era múltiplo, não era só da auditoria fiscal do trabalho, mas ele tinha políticas públicas de inclusão, de transferência de renda, de qualificação profissional, então esse MTE passou a incomodar. Sua extinção, vamos combinar bem aqui, não é a extinção de um ministério qualquer, foi extinto pelo que ele representava nas lutas do próprio estado, através das suas instituições, para proteger o trabalho, para implantar a agenda do trabalho decente firmada com a OIT, e aí é o próprio estado, num processo de autofagia, que extingue um órgão pra proteger os interesses do capital. Então, essa compreensão de que a extinção do M.T.E foi para reduzir o tamanho do Estado, ela precisa ser revista, por-

que não é acabar com o Ministério do Trabalho, mas é fragilizar os sistemas de proteção do trabalho no Brasil.

CM - A AITEPI nasceu, podemos dizer, ainda no regime militar, neste sentido, como se deu esse enfrentamento, nesse ambiente?

PMNM – A AITEPI nasceu no final da década de 1970, em plena luta pela democracia, anistia, no final de 1979, então ela já nasceu com essa proposta mesmo de ser vanguarda nessas lutas. Pensar o Brasil em 1979, era lutar pelos ares da democracia no movimento sindical. Vivíamos uma realidade chamada de novo sindicalismo, e os servidores públicos estavam entrando nessa discussão, quando as centrais sindicais começaram a pautar a agenda de servidores públicos enquanto classe, porque servidor público não se sentia parte de uma classe. Hoje, ele sabe que faz parte da classe de trabalhadores do setor público, portanto, sujeito de direito perante a Constituição, e que presta serviço pra sociedade. Então a AITEPI representou esse processo de organização do pensamento dessa categoria de auditores fiscais do trabalho no Piauí, passou através de assembleias a pautar uma agenda, discutir, vê o que nós queríamos, um fenômeno que não foi só do Piauí, e isso é importante ressaltar. A nossa organização enquanto auditoria fiscal do trabalho, enquanto catego-

ria, no Brasil inteiro se deu através da criação de associações.

CM - E o SINAIT, Sindicato Nacional da categoria, quando foi criado?

PMNM - A Constituição foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988, e no dia 6/10, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, foi criado. É o primeiro sindicato de servidores públicos no Brasil. Então, o SINAIT veio num processo de organização política se juntar à estrutura que ele tinha nos estados, porque ele era formado em sua base por associações, mas isso mudou e hoje existem as delegacias sindicais, que na época não existiam, e sim como disse, existiam as associações. Então, a gente continua fazendo o mesmo trabalho, agora com a representação classista nacional. Dessa forma, todo o pensamento político da categoria auditor fiscal do trabalho se deu através das associações, que tinham delegados de base, e que faziam parte da estrutura do SINAIT.

CM - Pode falar um pouco dos embates da AITEPI com os defensores do capital?

PMNM – De fato, a AITEPI ficou à frente de várias lutas. Mas tem um marco que eu até já me reportei, que é a questão do trabalho escravo. Nos anos 90, aqui no Piauí, foram detectados focos de trabalho escravo no agronegócio, especialmente no setor canavieiro, e essa luta toda se deu a partir das denúncias da AITEPI. Havia esse compromisso da auditoria fiscal do trabalho, na parceria com o movimento sindical de trabalhadores rurais, especialmente a FETAG, em combater o trabalho escravo no Piauí e no Brasil, através do SINAIT, e oferecer as denúncias às instituições competentes. Na época, a AITEPI preparou a denúncia e o SINAIT encaminhou para a OIT, e na reunião anual dessa entidade internacional, em junho de 1992, foi feita a denúncia que o Brasil era detentor do trabalho escravo. Então houve todo esse processo de luta.

CM - Por essa época, vocês, digo auditores fiscais ..., peitaram os representantes do capital agrícola que era muito forte em terras piauienses, e neste sentido, como se deu esse enfrentamento?

PMNM – Aqui no Piauí, a questão do capital agrícola, capitalismo agrário, vamos dizer assim, enquanto detentor do trabalho escravo contemporâneo, e do poder político, foi muito grande, inclusive provocando a mudança da delegada do trabalho à época, porque quem estava à frente dessa luta na DRT/PI, era uma colega auditora fiscal do trabalho, que foi substituída (pasmem) pela advogada do usineiro. Então, essa colega que estava à frente dessa luta de combate ao trabalho escravo, a Cláudia Márcia Ribeiro, foi substituída pela advogada do usineiro, que às vezes, quando a gente fiscalizava a fazenda deste usineiro, era ela quem nos recebia na fazenda como advogada, e pela força política do usineiro, que depois elegeu-se deputado federal, essa advogada assumiu a Delegacia do Trabalho. De fato houve uma reação em massa por parte dos sindicatos de trabalhadores, a chegada dela à Delegacia do Tra-

balho, mas ela assumiu, e eu diria que foi assim um período bem complicado, porque, afinal, fazíamos o combate ao trabalho escravo. Mas a gestão da Delegacia do Trabalho, nesse período, se deu em compreensão de contexto e processo de impedir que esse combate acontecesse. Foi um período muito difícil, mas a história tem o seu momento de acontecer, e a sociedade nem sempre anda nesse mesmo compasso, o que gera rupturas, como foi o caso em questão. O fato é que isso passou e a luta contra o trabalho escravo no Brasil ganhou ares do tamanho do território nacional, e todo o Brasil se juntou às forças dos movimentos sociais, com a presença marcante da Comissão Pastoral da Terra, a CPT, e os sindicatos à frente dessas lutas, e décadas depois, a gente olha para trás e vê que aconteceram muitas mudanças no trato ao combate escravo, tais como, a mudança no Código Penal, a criação do CONATRAE, que nesse governo agora foi extinta para reestruturação (espero que seja recriada logo), então assim, várias lutas aconteceram. O trabalho escravo nos Séculos XX e XXI, no Brasil, é uma lembrança do trabalho escravo colonial, que durou trezentos e oitenta e oito anos. Eu sempre digo que o país que tem a sua genes enquanto estado-nação, repousando na escravidão, é um país para se envergonhar do seu legado. E o Brasil teve 388 anos de trabalho escravo colonial. A gênese de uma nação, da nossa nação, foi construída sobre a escravidão, onde o ser humano escravizado não existia, era tratado como coisa. E revisar isso de forma contemporânea, para compreender e repudiar, é um dever moral, portanto ético, afinal escravidão é escravidão, e nas práticas contemporâneas que encontramos em propriedades rurais, só não tinha a corrente no pé, mas veja que em algumas fazendas da região norte a gente constatou isso, através do Grupo Móvel que atuou naquela região. A escravidão é ultrajante à dignidade da pessoa humana, ela coisifica o homem, especialmente aquele que vende a





sua força de trabalho à riqueza do capital. Então, foi a essa luta que a AITEPI se dedicou desde a sua fundação.

CM - E sobre o trabalho infantil?

PMNM -. O combate ao trabalho infantil teve grandes avanços também, a partir das lutas da AITEPI. Os primeiros diagnósticos de combate ao trabalho infantil no Brasil, foram também produzidos aqui no Piauí. Dois colegas valorosos: o doutor Francisco Luís Lima, médico do trabalho, e doutor Rubervam Du Nascimento, colega nosso da área de legislação, foram os técnicos responsáveis pela produção desse diagnóstico, que serviu de base para o primeiro planejamento nacional da Secretaria Nacional de Inspeção do Trabalho, a SIT. Então, assim, a auditoria fiscal do trabalho no Piauí sempre foi de vanguarda, e a gente tem orgulho disso, por não ter perdido esse time, então ainda hoje a nossa auditoria fiscal do trabalho, no que diz respeito ao Piauí, ela esteve e está atenta com essas realidades temporais do mundo do trabalho, inclusive com as reformas trabalhistas, e a gente tem feito discussões, na parceria histórica com os sindicatos laborais. Num país que é capitalista, em que o capital dita as regras para o trabalho, as vozes do trabalho tem que ser ouvidas tam-

bém, porque senão é a barbárie, e isso não se pode permitir numa sociedade plural e numa democracia participativa, como a nossa.

CM - O tal usineiro que a senhora se reportou a pouco, chama-se Ari Magalhães, que se elegeu deputado federal, segundo informações da imprensa da época, com a missão de “mandar” na Delegacia do Trabalho, e sob o olhar das lutas que vocês travaram, ele de fato mandou na Delegacia do Trabalho no Piauí?

PMNM – Acredito que não, mas tentou. A revista Veja da época chegou a divulgar uma notícia em uma de suas colunas, se reportando a esse usineiro, em que ele se queixava das dificuldades que enfrentava, através de sua indicação, na então DRT/PI. Isso representa toda uma luta da auditoria fiscal do trabalho, mas o importante é a gente compreender que os sujeitos do trabalho, aqueles que vendem a sua força de trabalho, eles têm o direito constitucional de ter a sua dignidade preservada, e isso na ponta é feito pelas instituições do Estado, como já falei, dentro desse sistema de proteção ao trabalho no Brasil, e que nós, profissionais da auditoria fiscal do trabalho, aqui do Piauí, temos a honra de fazer parte. Somos uma carreira típica de Estado, por isso eu sempre digo: não somos meros servidores

públicos, pois temos uma missão constitucional de garantir que o trabalhador tenha a sua dignidade preservada. Esta é a missão primeira da fiscalização do trabalho. Agora, como seres políticos que somos, nos abrigamos nas nossas entidades, no caso a AITEPI, que agora no mês de setembro completou 40 anos, e no SINAIT, que fortalece e dá identidade a essa luta. Temos uma luta em rede, não é a luta do auditor fiscal A ou B, é uma luta em rede de uma entidade sindical, uma corporação classista que representa os direitos dos auditores fiscais do trabalho, mas ao mesmo tempo cuida das garantias e prerrogativas constitucionais pra que a categoria tenha condições de realizar o trabalho tão difícil que realiza. De fato, o usineiro colocou sua sobrinha advogada como delegada da Delegacia Regional do Trabalho aqui no Piauí, mas devido o nosso engajamento na luta, como categoria, ela sentiu o peso da nossa organização, e assim não fez o que bem entendia, em resumo, mais uma vez o poder da nossa organização de classe, da união com o conjunto do movimento sindical, resultou no que considero termos saído vitoriosos na causa que sempre defendemos, de garantir a dignidade e a integridade do trabalhador.

CM - Que análise a senhora faz do governo atual em relação a essa questão da fiscalização trabalhista?

PMNM – O Artigo 21, Inciso XXIV, da Constituição Federal, é dedicado à existência da Inspeção do Trabalho. Lá diz que é competência da União, portanto dever do Estado, organizar, manter e executar a inspeção do trabalho. Isto por conta do Brasil ter assinado o Pacto da Convenção 81 da OIT. O fenômeno que acontece hoje no Brasil, de flexibilização das leis trabalhistas, não altera essa realidade constitucional para com nossas prerrogativas, e digo mais: reformas que produzem leis trabalhistas regressivas, porque estamos voltando ao passado, chegando lá ao que era antes da Era Vargas. Portanto, essas reformas se dão na esfera do neoliberalismo que é um fenômeno da economia de mercado e de mundo, para além fronteiras, com o capitalismo na sua fase mais aguda de exclusão das pessoas, que é a financeirização. Nesse cenário, com o agravante provocado pelas altas tecnologias, temos a supressão de postos de trabalho, mas é aí que o Estado tem que entrar, porque, como dizia Karl Marx lá em 1847/1849, desse exército de reserva excluído pelo capital, o Estado tem que cuidar, não pode ser omissa, afinal, este existe para que

o cidadão, o povo, tenha a proteção que necessita ter, e quando se trata de um país capitalista, esse exército de reserva está sob os cuidados do Estado. E o que está acontecendo no Brasil de hoje, é que o exército de reserva é representado por mais de 12 milhões de desempregados, que estão aí nas ruas procurando emprego, e o Estado tem que cuidar dessa calamidade social.

CM - Mas este cuidado não existe, o que se vê é essa lógica, digamos perversa, de tirar o emprego dos trabalhadores. Pra senhora isso não soa estranho?

PMNM – Muito estranho, por sinal. O que vemos aqui no Brasil, fato público e notório, é o Estado promovendo a flexibilização trabalhista. Portanto, é preciso compreender que a Reforma Trabalhista de 2017 não foi uma invenção primeira do parlamento, mas uma iniciativa do Estado. O projeto de lei é uma iniciativa do Executivo, portanto, essa coesão do Estado com o capital, de que tantos historiadores e pensadores falam, desde a Revolução Industrial é assim. Então esse projeto de lei foi para o congresso com poucos artigos e lá, digamos assim, ele foi triplicado no número de artigos, e a CLT praticamente sofreu alterações em vários de seus capítulos, se não em todos. E essa CLT, é importante

ressaltar, embora de 1943, sempre acompanhava a temporalidade e a dinâmica do mundo do trabalho, sofrendo constantes alterações ao longo desse período em vários artigos. Então ela estava atualizada, porque em cada momento que as dinâmicas do capital e do trabalho se materializavam, ela ia se adequando. Mas o que aconteceu na RT foi assim um processo avassalador, em que vários artigos fundantes e estruturantes do sistema de proteção do trabalho foram modificados, e uma coisa que eu repito sempre: a mudança na legislação trabalhista, a reforma de 2017, que flexibiliza em maior grau, ela é uma reforma regressiva, foi patrocinada pelo Estado brasileiro que encaminhou para o poder legislativo, e isso demonstra uma escolha racional em detrimento dos sujeitos do trabalho. Afinal, é o poder executivo o braço operacional do Estado, e sendo ele o autor das reformas, pode se dizer que aquela máxima de que o Estado é coeso ao capital, ela é verdadeira, pois este caso assim confirma.

CM - Essa mesma lógica argumentativa de que o Estado é o patrocinador da reforma trabalhista, a senhora amplia pra questão da Reforma da Previdência?

PMNM – A Reforma da Previdência ainda está curso. Penso que qual-



quer discussão que tenha sido feita, como ela ainda não está pronta e que o Congresso, com a Câmara que representa o povo, e o Senado que representa os Estados, ainda não chegou à redação final, acredito que aqueles que representam o povo, não vão deixar essa reforma passar de forma tão perversa. Porque na verdade, quanto a essa reforma da previdência, precisamos compreender que o projeto é mais amplo, pois como está na Constituição Federal, se trata de a reforma da Seguridade Social. A previdência só é um dos eixos da Seguridade. Então quando se fala Reforma da Previdência, se você for olhar a redação que está lá na proposta, na verdade ela afeta a Seguridade Social, porque afeta o Estado do bem-estar social. Não podemos dizer que o Brasil, ao longo desse século, tenha sido um estado de bem-estar social completo, como definia o Lord Keynes. Mas podemos dizer que o Brasil, mesmo na sua fase desenvolvimentista, manteve um simulacro de Estado de bem-estar social. A reforma da Previdência joga isso por terra. O Estado do bem-estar social praticamente desaparece, e vem a penalizar aqueles grupos laborais mais vulneráveis, tipo o trabalhador rural, e aqueles que estão numa faixa menor de salário. Portanto, eu penso que para

qualquer discussão mais profunda sobre a Reforma da Previdência, se faz necessário aguardar, porque ela ainda está em votação, embora já sinalize pra algo perigoso, que é a pauperização da população, o afastamento do Estado do seu papel de provedor do cidadão e da cidadã brasileira, em suas especificidades sociais e econômicas.

CM - Desde que esse governo que está aí assumiu, não temos visto as ações de combate ao trabalho escravo, infantil..., como se via em outros momentos. Por que isso acontece?

PMNM - O trabalho escravo, como disse sobre os avanços que tivemos a partir dos anos 90, hoje é tema de uma agenda nacional. As estruturas de combate ao trabalho escravo, no executivo, se fazem presente através da CONATRAE, onde é construída a política de combate ao trabalho escravo, bem como, da Secretaria do Trabalho (Ministério da Economia), que de acordo com o aparato normativo que rege essa luta no Brasil, é o órgão executor. A auditoria fiscal do trabalho, é o corpo institucional que operacionaliza as fiscalizações de combate ao trabalho escravo, através da parceria com vários entes institucionais: PF, PRF, MPT, MPF, Justiça do Trabalho,

inclusive o próprio Banco Central, porque quando o fazendeiro/empregador não paga os direitos dos trabalhadores, existe o bloqueio das contas dele através do BACENJUS, numa parceria com a Justiça do Trabalho. Então assim, são vários parceiros institucionais. Os principais parceiros de combate ao trabalho escravo no Brasil, são os braços operacionais do Estado, embora a sociedade civil também faça parte, e esse combate se dá nos eixos da fiscalização repressiva, e das políticas públicas de trabalho, emprego e renda, que se direciona àqueles trabalhadores resgatados do trabalho escravo. Esses eixos estão no plano nacional de combate ao trabalho escravo, e têm à sua frente as instituições do Estado brasileiro. É uma política nacional, cujas diretrizes e regras são levadas para os estados, que também são parceiros em rede. De fato, e aí vários autores e vários pensadores já estão escrevendo, essa agenda atualmente está um pouco fora de pauta na esfera do governo federal. Mas o otimismo precisa continuar, pois precisamos compreender que combater o trabalho escravo não é a vontade de um político, empresário ou a vontade do governo de plantão, mas algo maior, pois é um processo de resgate da dignidade humana, e isso tem



a ver com o próprio fortalecimento da democracia, com os pilares que fundaram o Estado brasileiro. Tem a ver com os pilares da CF/88, e eu não acredito que o trabalho escravo possa ter o seu combate tratado como uma política pública menor.

CM - Como assim?

PMNM - Porque o trabalho escravo é um problema de natureza econômica, e em sendo assim, ele causa impacto na balança comercial do país. Causa impacto nos produtos de exportação do agronegócio do país, por exemplo, porque a OMC (Organização Mundial do Comércio) não vai aceitar que nenhum produto brasileiro que seja exportado pra outros países, tenha na sua cadeia produtiva o trabalho escravo. Então, qualquer discussão de combater o trabalho escravo ganha contornos macros, é uma discussão do tamanho do país, inclusive do seu processo de desenvolvimento econômico, não é uma política menor, entende?

CM - No seu mestrado a senhora trabalhou a questão de mostrar a morosidade da Justiça Federal, como isso se acontece?

PMNM - Eu fiz mestrado em Sociologia, e eu pesquisei o trabalho escravo contemporâneo no agronegócio no Piauí. Mas fiz isso na perspectiva do processo judicial. Então assim, o processo judicial de combate ao trabalho escravo, na verdade da instauração até a chegada da penalização do infrator, fundado lá no artigo 149 do Código Penal, ele passa por um afunilamento entre a denúncia até o judiciário acolher aquele processo que são oriundos de denúncias formuladas pelo Ministério Público Federal. Quando fiz a minha pesquisa em 2014, detectei 34 processos tramitando na Justiça Federal do nosso Estado, e esses processos já estavam mais ou menos cerca de dez anos, e destes, apenas uma condenação saiu nesse processo de afunilamento. Isso se compreende na esfera do Direito Penal, onde a regra dada é a liberdade. A exceção é a perda de liberdade. Então, o Direito

Penal tem muitas fases do processo que terminam, vamos dizer assim, inibindo essa chegada à decisão final do magistrado. É próprio do processo penal ser moroso, e todo mundo sabe que a Justiça no Brasil é morosa. Quando se trata do processo penal, em que eu detectei essa morosidade, é muito maior porque ela é cheia de significados. E para aqueles que escravizam, essa morosidade termina sendo um grande negócio. Eu encontrei vários casos, que são empresários do agronegócio que têm propriedades no Piauí, Maranhão, Mato Grosso e outros estados do MATOPIBA, onde cada vez que chegava a notificação oficial, eles não eram localizados, então era dado à justiça como não encontrado, que estava na sede da fazenda que era em Mato Grosso, então se expediu uma carta precatória pra lá, aí levava uns 6 ou mais meses só pra ele receber a notificação do juiz. O processo é realmente moroso. Eu não sei como está isso de 2014 pra cá, mas o fato é que é incontestável. O trabalho escravo contemporâneo ele existe, e embora com todas as lutas e com toda a sociedade brasileira combatendo, quase toda semana ainda se registram flagrantes de trabalhadores escravizados, inclusive aqui no Piauí. Ou seja, o mal ainda persiste. O trabalho escravo contemporâneo é um mal, ele é uma ofensa à democracia, e nós não podemos arrefecer nesse combate.

CM - Há quanto tempo a senhora é auditora fiscal...?

PMNM - Eu sou do concurso de 1985. Eu e vários outros colegas, mas a maioria já se aposentou, eu também em breve estarei seguindo este caminho, mas, o mais importante é a sensação de dever cumprido. Eu faria tudo de novo. Quando cumprimos com nossos deveres, sabendo que temos uma causa, e na nossa profissão temos uma causa, estamos colocando o cumprimento das leis do país a serviço da dignidade do trabalhador, e essa é a escolha profissional que fizemos. Então isso dar uma alegria muito grande, sensação de dever cumprido, e eu

sempre digo: faço o meu trabalho com a consciência de que estou fazendo algo pelo coletivo, estou contribuindo com a democracia do meu país.

CM - Que reflexão a senhora pode deixar para o leitor desta revista, às novas gerações que estarão à frente da AITEPI?

PMNM - Penso que enquanto o Brasil for um país capitalista, for signatário da Convenção 81 da OIT, a Inspeção do Trabalho vai existir. Já passamos por várias gerações, a minha geração vai passar, outros colegas estão na luta e outros virão, e o importante é que esses colegas compreendam a importância de que o fortalecimento da democracia passa pela dignidade do trabalhador e da trabalhadora, pois é impossível falar em democracia se o trabalho é aviltado, se a barbárie permanece nas relações de trabalho, e esses novos colegas, estou certa disso, compreendem que esse é um trabalho que não tem fim. Ser auditor fiscal do trabalho é uma escolha profissional. A gente faz a escolha quando se escreve lá no concurso, e não é um trabalho comum, é um trabalho diferenciado, porque como eu disse, ele tem a missão maior de cuidar da dignidade daqueles que contribuem para a riqueza deste país.

Aescravidão é ultrajante à dignidade da pessoa humana, ela coisifica o homem, especialmente aquele que vende a sua força de trabalho à riqueza do capital. Então, foi a essa luta que a AITEPI se dedicou desde a sua fundação.

Presidiu a AITEPI de 2006 a 2007 e de 2008 a 2009

Foto/Socorro Silva



Rubervam Du Nascimento fiscalizando carvoarias em Jerumenha/PI

Digamos, que proferi algumas palavras melodiosas, ao voltar da festa

Por Carlos Mascarenhas

Poeta, auditor fiscal do trabalho durante 39 anos, sempre em Teresina, Rubervam Du Nascimento, hoje reside em São Paulo. Escultor da palavra, tece o verbo na entrevista que segue, feita por e-mail, por skipe, por telefone, quem diria, não? Quem o conhece sabe que nunca usou celular (o celular utilizado é do filho dele) entre as linhas de suas reflexões, um questionamento, no mínimo instigante: “Você conhece um sistema econômico que alimente maior indústria de miseráveis do que o capitalismo?” Admite em nossa conversa não ter mais tempo pra brincar de ter esperança. E pra resumo da ópera, nos brinda com palavras que nos incomodam, como estas: “... com a ponta da minha caneta, com o estilete do meu delírio, posso confirmar finalmente que passei pela vida sem dar vexames, sem ser piegas, sem render-me à mediocridade”, assegurando ao final que, através de sua atuação como Agente Público e como poeta, amou o bastante o seu semelhante, e que, digamos, soube proferir algumas palavras melodiosas, ao voltar da festa”.

Carlos Mascarenhas - A AITEPI no mês de setembro completou 40 anos de existência. Neste sentido, como você avalia a iniciativa da atual diretoria de contar sua história numa revista, pela narrativa de seus protagonistas, os auditores fiscais do trabalho?

Rubervam Du Nascimento – Excelente ideia. É necessário contar a história, deixar o seu registro às futuras gerações, principalmente quando se trata de uma história exemplar em conteúdo, em personagens, como é a história dos Auditores-Fiscais do Trabalho, no Piauí.

CM – Quanto tempo você ficou como auditor fiscal...?

RDN – Entrei na então Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, por Concurso Público, em 1977, como servidor de nível médio, para trabalhar na área de segurança, saúde e prevenção de acidentes do trabalho. Sou Técnico em Segurança do Trabalho. Depois fiz concurso interno, de ascensão funcional, em 1984, para Inspetor do Trabalho, transformado logo depois em Auditor-Fiscal do Trabalho. Trabalhei por 39 anos como Servidor Público, quatro anos a mais do que o necessário para aposentar-me. Atuei sempre em Teresina.

CM – Mas não faltou convite para trabalhar em outros estados?

RDN – Verdade. Recebi convite para assu-

mir a Divisão de Fiscalização e Combate ao Trabalho Infantil, da Secretaria Nacional de Inspeção do Trabalho do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) em Brasília, mas preferi continuar em Teresina. Coordenei os trabalhos de chefia da Seção de Segurança e Saúde, à época do Pedro Lemos, como Delegado do Trabalho, que gostava muito de mim. Foi o Pedro Lemos que bancou a minha posse no Ministério, pois embora concursado, inclusive em 1º lugar, havia uma dúvida se assumiria ou não o cargo, em vista da minha militância estudantil, secundarista e universitária. Um dossiê da Polícia Federal condenava-me por ter participado de manifestações estudantis, quando não eram permitidas pelo AI-5. Em 1974, em plena época de perseguição, tortura e sumiço de manifestantes que atuavam em algum ambiente considerado pelos militares, no governo, como subversivo, participei de congressos estudantis, fui eleito presidente do CCEP (Centro Colegial dos Estudantes Secundaristas Piauienses) onde fiz campanha pelo direito dos estudantes à meia passagem em ônibus coletivo, em cinema, etc. Na universidade participei da luta estudantil, participei de greves, e ajudei a reconstruir a UNE nacional.

CM – Quem o defendeu nesse processo?

RDN – O Pedro Lemos me defendeu perante as autoridades de Brasília e me deu posse no cargo. Depois de algum tempo,

o próprio Pedro Lemos, numa viagem que fizemos a serviço, contou-me como se deu essa história toda. Colaborei nas gestões dele como Chefe da Seção de Segurança e Saúde do Trabalhador, e das queridas colegas Cláudia Márcia e Paula Mazullo, quando gestoras da SRTE. Chefei os Serviços de Relações do Trabalho e da Fiscalização, respectivamente. Aposentei-me como chefe da Seção de Fiscalização.

CM – A sua trajetória como agente público é contínua, por diversas vezes o vi mediando o conflito capital versus trabalho. Então, deixou o serviço público com o sentimento de dever cumprido?

RDN – Acredito que sim, porque durante todo esse tempo que servir ao estado brasileiro, como Agente Público, cheguei a coordenador de treinamento dos auditores, mediei centenas de mesas de negociações de acordos e convenções coletivas de trabalho, envolvendo representações sindicais laborais e patronais. Fui Mediador Público por mais de dez anos, preparei-me para ser Mediador. Sou grato ao MTE pelo investimento que foi feito em minha pessoa, como profissional. Fiz vários cursos, participei de inúmeros seminários, patrocinados pelo MTE. Dois feitos aumentam o meu orgulho em ter atuado como auditor fiscal do trabalho, a criação, juntamente com o amigo Auditor e Médico do Trabalho,

Francisco Luís Lima, do GRAAT, Grupo de Acompanhamento ao Acidentado no Trabalho, único grupo, com essa dimensão e proposta, a nível de SRTE, no país, cujos resultados levaram o grupo a exposição de sua experiência, em outras regionais, recebendo importantes premiações, como a da Escola Superior do Serviço Público, e a outra, foi a minha participação, à convite da então Secretária Nacional de Fiscalização, a guerreira Rute Vilela, para integrar a equipe que montou o arcabouço jurídico, e a estrutura operacional do Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo, à época do Governo FHC que, pressionado pelos organismos internacionais, como a OIT, reconheceu que havia, sim, trabalho escravo no país. Passei mais de seis meses em Brasília, com outros colegas da auditoria fiscal, de vários estados, fazendo esse trabalho. Cheguei a participar de inúmeras ações de combate ao trabalho escravo e infantil, no norte e nordeste do país, cuja constatação in loco desta realidade tão assustadora, tão humilhante a que submetem trabalhadores de todas as idades, as crianças e adolescentes pobres do país, diria, fazem parte da minha bagagem profissional, de vida, que jamais esquecerei, que ninguém me rouba.

CM – Foi nesse período também que o projeto Economia Solidária ganhou visibilidade no Piauí?

RDN – A economia popular solidária já existia. As pessoas, principalmente, desempregadas, a maioria da periferia, sempre se juntou em tarefas comunitárias para dividirem o lucro de seus trabalhos, no artesanato, no bordado, costura em geral, na agricultura familiar, etc. na tentativa de sobreviverem. O que aconteceu

é que, pela primeira vez o governo federal entrou, a pedido do I Fórum Social Mundial, reunido em Porto Alegre, coincidindo com o primeiro ano do governo Lula, para apoiar esse movimento, dar visibilidade a essa outra economia que estava acontecendo, fornecer linha de crédito, chegou a criar uma Secretaria Nacional, a SENAES, pertencente à estrutura administrativa do MTE, para apoiar a mobilização dessa economia, inclusive em todas as regionais existia, acho que acabou, não sei, um Núcleo para acompanhar e apoiar a economia solidária. Além do que já lhe disse, coordenei centenas de oficinas de Economia Solidária, por conta da minha ligação umbilical com esse projeto, coordenado nacionalmente, à época, pelo inesquecível professor Paul Singer, recentemente falecido, Secretário Nacional da Secretaria de Economia Solidária do MTE. Não imagina o ganho pessoal e profissional que tive em poder ajudar no fortalecimento da economia popular solidária, no Piauí, agregada ao Fórum Estadual, com quem mantive um relacionamento duradouro, com muito respeito e carinho. Nesse período conversei com trabalhadores, adultos, adolescentes, crianças, mulheres, homens, li com eles poesias em assentamentos de trabalhadores rurais, comunidades rurais, praticamente em todos os 224 municípios do Piauí. Particpei de tanta luta, dei visibilidade ao trabalho de fiscalização, como representante da SRTE em Fóruns de reconhecida atuação, combate ao trabalho escravo, gênero, infantil, economia popular solidária, que já citei, cheguei a Secretário Executivo Estadual dos dois últimos Fóruns, citados, fui indicado para o Conselho Estadual de Economia Solidária, cheguei à sua presidência.

CM – E o que destacaria quando à frente desses dois fóruns?

RDN – Destaco que, por conta da minha atuação nesses fóruns, e na própria SRTE, fui escolhido para participar do Fórum Social Mundial, em Caracas, na Venezuela, em 1998, e indicado pelo MTE, em 2011, para ir a Moçambique, ministrar aulas, expor a experiência brasileira no combate ao trabalho infantil, por conta de um Acordo de Cooperação Internacional entre o Ministério do Trabalho e Emprego, do Brasil e o Ministério do Trabalho de Moçambique. Momentos que atendiam a expectativa de uma época que muita gente, inclusive inúmeros colegas da Inspeção do Trabalho, acreditávamos que outro mundo era possível, um mundo mais justo, um mundo mais participativo, mais democrático, um mundo mais de todos.

CM - E sobre sua experiência como presidente da AITEPI?

RDN – Fui eleito por dois mandatos consecutivos para dirigir a AITEPI, cada período de dois anos, permitidos pelo regimento da entidade. Lembro-me de feitos, de deliberações importantes tomadas em conjunto, nesse período de quatro anos que atuei como presidente da AITEPI, procurei aproximar a Associação dos colegiados da sociedade civil organizada, com resultados extremamente positivos, incluídos um apoio direto e maior visibilidade das atividades desenvolvidas pelos seus filiados, no dia a dia da fiscalização. Um momento marcante foi o lançamento da campanha estadual em favor dos trabalhadores em carvoarias, cujos proprietários, passaram a ocupar em peso o nosso cerrado, expulsos do Maranhão pelos nativos, precisamente os Guajaras que,



Fiscalização de combate ao trabalho infantil, por Rubervam Du Nascimento, em um lixão, em Uruçui/Pi-foto: Antônio José



Audidores fiscais Rubervam Du Nascimento e Alex Miller no combate ao trabalho infantil em Barras-PI

diferentemente do nosso Piauí, continuam em tribos e conservam as suas tradições. Essas carvoarias chegaram em grande número, para a exploração da madeira e queima do carvão vegetal, que alimentam os gulosos fornos das siderúrgicas do Pará, Maranhão, Goiás e Minas Gerais, e ao invés de ajudarem a matar a fome dos trabalhadores envolvidos em sua produção, com melhores salários, segurança e saúde, infelizmente, aumentaram a miséria do contingente arregimentado para esse tipo de atividade. Campanha lançada, com direito à impressão de cinco mil folders, distribuído depois nas ações fiscais, em todo o estado, alertando para os males que essa exploração traria, não só ao meio-ambiente, mas à mão-de-obra utilizada, sem qualquer cobertura de direito legal, segurança e prevenção de acidentes.

CM – Uma noite bastante prestigiada, então?

RDN – Sem dúvidas, o auditório da AITEPI lotado, inclusive, com a presença do corpo da auditoria fiscal, da capital e interior do estado, autoridades estaduais e municipais, vários membros da Diretoria Executiva do SINAIT, inclusive da Presidente do SINAIT, à época, a nossa querida Rosa Jorge, amiga do peito, de quem tenho a satisfação de continuar muito próximo. Enfrentamos momentos de tensão, de luta por melhores subsídios, por melhoria de nossas atividades, mantivemos uma paralisação, a nível nacional, de nossas atividades por mais de três meses, dada como irregular pelo governo e pela justi-

ça, que mesmo sabendo que poderíamos ser penalizados, ameaçados de corte de pontos, etc., mantivemos mobilizada, em Assembléia Geral permanente, com manifestações internas e externas, na porta da SRTE, apoiada pelas entidades sindicais, pelo Ministério Público do Trabalho, amplamente divulgada pela imprensa local.

CM – Está mais difícil ser dirigente sindical, hoje?

RDN – Não tenho dúvidas que sim. Imagino o quanto se torna quase impossível, neste momento, sobretudo desgastante, o Auditor Fiscal cumprir com as suas tarefas profissionais, como sempre fez, com destacada e reconhecida competência. A realidade que estamos vivenciando agora, mesmo estando fora, mas acompanhando cada golpe baixo do atual governo que, como sabemos, escolheu o Servidor Público como “bode expiatório” de sua política destruidora. Essa situação, essa travessia de agonia, que o servidor público, como um todo, está vivenciando, gera um clima de insegurança insuportável, de ansiedade sem limite, e afeta, substancialmente, a produtividade dos auditores, sobretudo, atinge as ações coletivas dos servidores públicos, e a defesa de seus direitos e prerrogativas legais, ameaçadas a todo instante. O deliberado ataque às organizações sindicais, afeta diretamente a atuação de nossos representantes. Tal situação deve aprofundar-se, à medida que o atual governo entende que toda e qualquer organização da sociedade civil, atrapalha os seus planos de autoritarismo, sem preceden-

tes, em nossa história.

CM – Além dos avanços tecnológicos que impõe mudanças ao mundo do trabalho, que rumo deve tomar a classe trabalhadora para não ficar refém dessa lógica?

RDN – As mudanças no mundo do trabalho, tendo pela frente os avanços tecnológicos, estimulam a representação de classe à busca de outros rumos. Poucos estão atinados para essa questão. Mas é necessária. O mundo do trabalho está sendo alterado violentamente, há bastante tempo. Poucos de nós, na verdade, nos capacitamos para tentar seguir o cavalo brabo do tempo que viaja numa velocidade assustadora. Tudo indica que estamos patinando, na verdade, isto não acontece apenas em relação às instituições, ao próprio país, à nossa própria pessoa, penso que não sabemos o que fazer do país e de nós, de nossas vidas. Nosso relacionamento social é muito frágil. Cultivamos atritos desnecessários, quer seja pela falta de uma consciência maior em relação à vida social, política, econômica, etc., quer seja principalmente por falta de um maior exercício consciente de nosso direito à cidadania, a não sermos uma população triste, angustiada, falsamente leva como se fôssemos as pessoas mais alegres do mundo, por nos adaptarmos facilmente a idéia da submissão, em todos os sentidos. A nossa cultura humana está em frangalhos, sempre esteve, não? Então a própria atuação sindical tem que procurar outros caminhos levando em consideração toda essa realidade, aprender a trabalhar com todos esses equívocos, para atuar, se quiser sobreviver,

senão quiser ser atropelada pelo tempo. Quais caminhos estão visíveis? Não sei. É preciso discutir novos caminhos. Acredito que a máquina associativa sindical, esteja enferrujada. Tem que ser reinventada, sob pena de acabar, como tiveram fim, por exemplo, os Centros Operários e Artísticos, fortíssimos, nas décadas de 50, 60, até os anos 70 do século passado. Acabaram por não saberem enfrentar os impasses que se apresentaram, não tiveram condição de continuar de pé, foram literalmente derrubadas, destruídas, inclusive o patrimônio físico, as sedes, clubes sociais, todo o patrimônio dessas entidades, sabe o que aconteceu com ele? Foi vendido, deu lugar a estacionamento de automóveis.

CM – Na sua avaliação, a AITEPI cumpriu/cumprir seu papel na organização, defesa dos interesses da categoria auditores fiscais do Trabalho no Estado do Piauí?

RDN – A AITEPI manteve-se, desde a sua criação, como uma entidade participativa, respeitada por suas congêneres, em todo o país. Soubes manter, como poucas souberam, com garra, com equilíbrio, a defesa dos interesses de seus filiados. Um ponto importantíssimo para se levar em consideração: jamais abdicou da defesa dos interesses da categoria, em favor, por exemplo, da aproximação cega, subserviente a qualquer chefia, tanto local, ou nacional. Todos os seus dirigentes trataram a AITEPI com o respeito que merece, atuaram de maneira correta, atendendo as prerrogativas estatutárias, deram conta do seu recado. Acompanho com bastante interesse o trabalho atual, desenvolvido pelas representações sindicais do Piauí, junto ao SINAIT, e sei o quanto prezam pela humanidade, são conscientes, destemidos, solidários.

CM – Como vê a relação capital versus trabalho no contexto atual?

RDN – O sistema econômico em que vivemos é capitalista. Toda e qualquer análise de nossa situação atual, tem que levar em consideração que nunca foi adotado aqui outro sistema econômico e político. Independente de siglas partidárias. Somos um país de atuação capitalista. É preciso, no entanto, entender o que significa viver num país capitalista, temos de ir além desse entendimento, ter consciência clara, por exemplo, de que o capitalismo está, como nunca esteve, em crise, daí esconde-se atrás de rupturas fictícias, apresentar-se através de siglas, slogans, mudar de nome, enfeitar as tradicionais formas de agir, para driblar os tolos, os

despreparados, aqueles que o aceitam, sem qualquer crítica. Toda e qualquer análise do mundo do trabalho, das relações do trabalho, passa por esse viés. Gerar crises é uma tarefa, digamos, normal do capitalismo. Há, no entanto, uma leitura recorrente de estudiosos do assunto, que apostam na certeza de que estamos atravessando o pior momento do sistema capitalista, que o capitalismo está quebrando, se destruindo, porque exauriu as suas estratégias de crise. A última recebeu um nome pomposo, porém carregou os mesmos danos causados pelo capitalismo, o neoliberalismo. Acontece que, ao adotar esse sistema de crise cíclica, o capitalismo aprofunda o que já é danoso a uma cadeia inteira de dependentes de suas amarras. Não há como corrigir, ou pelo menos abrandar essa aprendizagem, o capitalismo proíbe que, pelo menos não aumente a rotina de malefícios que causa. Por exemplo, quem é que não sabe que o capitalismo sempre, desde a sua origem, foi desumano, desleal, gerador de conflitos comerciais, políticos, econômicos, concentrador de sua riqueza, que só pensa em lucro, e muito lucro, nos bolsos e bancos de poucos, que só aprendeu a dividir com poucos a riqueza que gera, nunca aprendeu, e nunca aprenderá a valorizar o trabalho, a tratar os trabalhadores com um mínimo de respeito? Pelos resultados disso tudo, do que assistimos hoje sob a batuta do neoliberalismo em crise, com péssimos resultados em outros países, leva-me a acreditar que o capitalismo só sabe lidar com máquinas, nunca com gente. Fácil entender: o que move o capitalismo é uma força bruta, gananciosa, impulsionadas diretamente pelos efeitos destruidores de sua matriz, o dinheiro. Nessa onda desastrosa, o capitalismo predador, sequer consegue admitir que depende de mão-de-obra, do suor dos trabalhadores, da matéria-prima da natureza, para transformar o dinheiro, a sua mola propulsora, a sua moeda de troca, em valor. É incapaz de ter essa compreensão. É o dinheiro que faz a gente acreditar que quem não tem dinheiro é lascado, não vale nada, que o capitalismo é poderoso, é invencível, que não existe outra saída econômica, social, política, se não adotar a perversidade de sua lógica. O certo é que o capital financeiro não tolera qualquer tipo de pressão à sua forma de agir. Essa lógica que nos empurra para a crença inabalável de que somos incapazes de sobreviver fora do capitalismo, sequer num capitalismo com feições mais humanas, é que nos levou, ao lamentável estágio de cidadãos de quinta categoria,

a que chegamos, ao uso costumeiro de atitudes desumanas, tacañas, covardes, excessivamente individualistas, em relação aos nossos semelhantes.

CM – O que não deixa de ser uma farsa, concorda?

RDN – Claro. Você conhece um sistema econômico que alimenta a maior indústria de miseráveis, utilizando justamente a riqueza que gera, do que o capitalismo? Pior, a nossa prática econômica nunca nos deixou sair do capitalismo chamado selvagem. O capitalismo medieval, adotado em todos os ciclos econômicos, do país, incluído o ciclo da escravidão, na era da exploração do Pau-Brasil e da cana de açúcar, do gado, etc. até chegar à exploração da soja. Quer dizer, não adianta vir com outro nome, com esse tal de neoliberalismo, impressionantemente carregado pela especulação financeira, atualmente em seu auge. A crise continua arrebatando, como sempre, a parte mais frágil dessa relação, a do trabalho. É essa lógica que está obrigando a retirada de direitos trabalhistas de nossa Constituição, para atender a fome de lucro fácil dos investidores do capital financeiro, sem contas a dar a qualquer tipo de controle estatal. É fácil verificar pela enorme demanda de projetos de lei em andamento no congresso nacional, de destruição de direitos, de contradições aberrantes, envolvendo as relações entre o capital e o trabalho, que nem damos conta, que nem sabemos que são aprovadas, que só servem para o aumento da farra dos es-

A crise continua arrebatando, como sempre, a parte mais frágil dessa relação, a do trabalho. É essa lógica que está obrigando a retirada de direitos trabalhistas de nossa Constituição, para atender a fome de lucro fácil dos investidores do capital financeiro, sem contas a dar a qualquer tipo de controle estatal.



peculadores financeiros. Propor qualquer lei para baixar juros, impedir que apenas cinco bancos, três famílias de banqueiro, dominem e dêem as cartas das transações financeiras do país, inclusive totalmente ao contrário do que fazem outros países incluído os EUA, de quem tanto gostamos de declarar a nossa dependência, é para eles, trata-se, no Brasil, neste momento, trata-se de desafio, é inconcebível. É coisa de comunista, de sei lá quem, quando o comunismo nem mais existe, em lugar algum. Agora não estão mais chamando de comunista as pessoas que lutam por direitos humanos, por de ciência política, que defende a natureza, o país, são socialistas. Ora bolas, os caras são idiotões mesmo, incapazes de distinguir qualquer que seja a diferença de princípios partidários. Coitados.

CM – O IBGE, órgão oficial do governo, confirma essa lógica perversa, ao apontar dentre outras aberrações que o capitalismo produz, que hoje somam 13 milhões de desempregados...

RDN – Pois é, fico pensando, como pode, conforme dados divulgados recentemente pelo IBGE: 38,8 milhões de trabalhadores informais, 13 milhões de desempregados, 53 milhões de brasileiros sem proteção social, com tendência a agravar-se, um milhão de desempregados, só aqui em São Paulo, que sempre ouvir dizer que se tratava do Estado mais desenvolvido do Brasil, como pode tão numeroso contingente de maltratados, de abandonados à sorte miserável, se deixarem tão facilmente, serem levados pelas manhas dos poderosos, do chamado baronato rico, e pelas artimanhas da máquina de propaganda dos donos do capital financeiro, que não apóiam um investimento produtivo sequer, não fortalece uma empresa, não dar um emprego, como essa massa permite, sem reação alguma, talvez, quem sabe por

nem saberem disso, não ligarem pra isso, que apenas três bancos privados, sejam os responsáveis por 90,5% das transações de lucros de negócio, no país, que todo o lucro, todo o montante do nosso imposto terminem nos cofres desses bancos, através das chamadas “operações compromissadas”, que não passam da compra diária, a juros exorbitantes, todo fim de tarde, pelo Banco Central, da sobra diária dos ativos bancários, que alimentam a fome insaciável da nossa dívida pública. Tudo indica que a ignorância, em relação à nossa realidade, nos leve a essa postura. Não há outra explicação.

CM – E o Banco Central nessa história que você se reporta, que papel cumpre?

RDN – Esconde esses valores em cofres de aço, e pronto, fica lá guardado. À espera de um ladrão que, no fundo, são eles, os próprios bancos, os ladrões salafários de nosso imposto. Ladrões do dinheiro da educação de nossas crianças, de nossos filhos, da cultura, da saúde, da segurança. O BB e a CEF, que poderia conter a onda mortal de lucros desses bancos, chamando-os para a concorrência livre, como acontece em outros países capitalistas, estão sendo preparados, pelo atual governo, com a velha estratégia de dismantelá-los em suas ações, de precarizar os direitos de seus concursados, para a entrega de seus ativos, de seus mecanismos de atuação, de norrau administrativo, tecnológico próprios, como bancos públicos, aos banqueiros privados. Os dois são os únicos bancos que levam seus lucros, com crédito a juros baixíssimos, a setores produtivos importantes para o consumo interno, a exemplo da Agricultura Familiar, de que depende a população brasileira para terem na mesa arroz e o feijão de cada dia, diferentemente do Agronegócio, exportador de grãos de soja para alimentar porcos, nos países da União Européia.

CM – E nesse mar de águas turvas se transformou o Brasil?

RDN – Sim, nesse mar pantanoso, de naufragos sem rumo, navegado pela nau dos loucos, sob a pilotagem barbeira, de timoneiros da pior espécie. Inexperientes, atormentados. Eles esquecem, aqui está o retrato mais horrível, mais insuportável, da realidade que vivenciamos no momento, do resultante da forma como alimentam a chamada Casa-Grande, que continua a preferir manter as senzalas com fome, refém do tráfico de influência dos maus políticos, dos comerciantes da droga, dos donos oficiais ou não dos fuzis, da pátria armada, sob a mira dos tanques, a não procurar a solução pacífica, discutida, partilhada, dos graves problemas seculares, de um país que está aumentando a agonia a passos largos, em tempo Record, da Casa-Grande para essa “Casa-da-Mãe-Joana”, que está nos levando à paralisação total de nossas instituições, pioro do futuro, da ciência, da educação, da arte, da cultura, da moral, a uma degradação generalizada dos valores civilizatórios, ao terreno perigoso da barbárie humana, cujo motor mais ativo que nos apresenta, carrega um nome cruel, a insensibilidade. É impressionante, parece não doer mais, por exemplo, ver uma família, muitas vezes, somente mãe, filhos, um cachorro sardento, também faminto, ou um senhor ou uma senhora, sozinhos, sob um viaduto, à entrada de um metrô, sob a marquise de um prédio, numa praça pública, morrendo de fome, sede, frio, nas ruas de São Paulo, em Teresina, por todo o país, em número cada vez maior. Isso é triste, lamentavelmente triste.

CM – Pelas características autoritárias do atual governo, incapaz de indicar outros caminhos, a não ser seu próprio projeto de poder, como você diz, aplicando a política neoliberal, o figurino do capitalismo mundial?

RDN – Todo governo rege-se através de códigos. Os códigos do atual governo apontam para a perversidade, para a destruição, nada mais. O fim do Ministério do Trabalho e Emprego, o desmonte dos serviços públicos, a retirada de direitos previdenciários e trabalhistas, o falso discurso de soberania nacional, de nossas riquezas, da defesa da Amazônia, é feito atendendo códigos que, no fundo denunciam a farsa do próprio governo. Sabemos que o governo atual quer é retirar dinheiro dos trabalhadores e dar os lucros aos bancos, entregar o minério do solo amazônico, às mineradoras estrangeiras, cujos banqueiros investem nesse setor,

para atender promessa feita ao governo americano, na primeira visita do mandatário brasileiro a Washington. A Amazônia, como símbolo maior de nossa soberania, um dos símbolos brasileiros caros a todos nós e ao mundo, é antigo esse entendimento, transformou-se num desafio a todos nós que sabemos o quanto essa tragédia nos atinge, o quanto respingar em nossos filhos, netos e bisnetos. A Amazônia que o governo atual, através do código belicista do seu representante maior, acaba de mandar literalmente, à merda. Está na imprensa, não sou eu que estou dizendo.

CM – Além do seu trabalho de fiscalização in loco, nos ambientes de trabalho, você também proferiu várias palestras para sindicatos, universidades..., situando a auditoria fiscal do trabalho no combate ao trabalho escravo, infantil, acidentes de trabalho, na sua avaliação, a sociedade está mais comprometida com a causa da erradicação dessas formas de trabalho degradante?

RDN - É difícil avaliar o grau de comprometimento da chamada sociedade civil organizada, em defesa dessas lutas. É verdade que tivemos apenas algumas décadas de aprendizagem, cujo apoio das chamadas Políticas Públicas, foi decisivo, em décadas recentes. Contudo, É insuficiente, É muito pouco para se acreditar que teremos, de repente, algum levante popular, com participação massiva dos vulneráveis. Quem manda nas movimentações de rua é a classe média. Sinto que as respostas populares, no Brasil, estão muito tímidas. Tenho participado, aqui em São Paulo de manifestações que acontecem na Avenida Paulista, e não reúnem o público esperado. Aliás, a periferia dificilmente participa dessas manifestações. Por razões óbvias, não? Muitas das vezes sequer tem dinheiro para pegar trem, ônibus, metrô. A mais recente manifestação para denunciar a tal “nova previdência”, conjunta com estudantes e professores que lutavam contra o corte de verba para a escola e universidades públicas, bolsas de pesquisas, etc. sobretudo, contra o desinteresse do atual governo pela educação formal, técnica, científica, além de pouco tempo, começando às cinco da tarde, indo até lá pelas dez da noite, reuniu um contingente muito pequeno de manifestantes. O resultado disso foi a aprovação tranquila, no Congresso Nacional, das reformas trabalhista, previdenciária, liberdade econômica, e pode acontecer com a reforma administrativa, que está sendo encami-

nhada pelo governo ao congresso, atingindo inclusive direitos muito caros aos Servidores Públicos, como a estabilidade. Bom lembrar que os sindicatos de representação de trabalhadores estão, mais do que nunca, fragilizados, atacados propositalmente, em sua parte mais sensível, a financeira, estão demitindo os auxiliares diretos, a extinção de todos os Conselhos Federais, um golpe decisivo nas organizações sociais com assento no governo. A sociedade civil realmente perdeu a voz. É estratégico para eles mandarem como quiserem. Não é fácil a convivência com isso tudo.

CM – Pelo que você já se reportou está aqui, posso considerá-lo um webeiano?

RDN - Não era webeiano, refiro-me à postura de final de vida do sociólogo Max Webber, um dos autores mais respeitados, influentes, no pensamento político, do direito, da história, diante de seu descrédito no destino humano, em vista a irracionalidade dos governos, dos que se metem para administrar a política, a cultura, o social, e terminam em desastre. Weber viu-se num beco sem saída, completamente sem esperança de que se poderia sim ser construído algo diferente, tendo os indivíduos como detonadores desse processo. Quem me conhece sabe muito bem que não costume cultivar o desencanto, mas posso garantir que estou vivendo um instante webeiano, de choque, de difícil enfrentamento da realidade, de crédito no presente, muito menos no futuro, diante da força brutal do capitalismo neoliberal financeiro, selvagem, apoiado pelo governo atual, que no momento nos amedronta, nos consome, não nos deixa dormir, sequer sonhar. É complicado, porque sei que sem sonhar ninguém vive. Sinto-me verdadeiramente fragilizado, sem disposição para perseguir utopias, completa inaptidão para ir buscá-la, com o receio de que não possa

existir mais qualquer tipo de utopia. Penso que não tenho mais tempo para brincar com a esperança.

CM – Qual a sua análise do fim do Ministério do Trabalho e Emprego no governo de Jair Bolsonaro?

RDN – Os atuais dirigentes do Brasil apostam na certeza de que este é um país que nunca aprendeu a lidar com seus problemas, que sempre jogou tudo que o incomoda para debaixo do tapete, um país que há muito apanha da própria realidade, sempre carente de escolhas certas, mas que escolhe errado, na maioria das vezes, o seu destino de nação. Um país que nunca teve a coragem de assumir-se como país, joga fora as oportunidades de respeitar-se como um país, como um país de vergonha. Pergunto: qual a verdadeira identidade do Brasil? Todos os símbolos que poderiam nos fornecer essa identidade, são distorcidos, são fragilizados, são pessimamente utilizados pela política partidária, são atirados no lixo. Acabam, diante da forma que convivemos com eles, perdendo seus valores, decodificados à exaustão, substituídos por toda sorte de mazelas, das mais tolas, desprezíveis, de estúpida negação.

CM – Pelo que diz, sua sensibilidade não perdeu de vista a indignação?

RDN – É verdade, indigna-me imaginar que, nessas alturas, exista alguém que acredita não haver aqui racismo, homofobia, desrespeito às mulheres, aos negros, aos pobres, aos jovens da periferia das cidades. Preferem que os negros se assumam como pardos, como determina o IBGE. A tese que prevalece entre muitos é a de que somos cordiais, excelentes pais de família, zelosos cumpridores dos mandamentos de Deus, loucos por futebol, mesmo depois do vergonhoso 7x1; por mulheres de bunda grande, antes de perceberem que o amor, o respeito, o companheirismo, são muito maiores,





Foto: Eduardo Quive

Conversando com estudantes e Maputo/Moçambique

mais belos do que qualquer obrigação estética, física, espiritual, padronizada pelos cultos aos líderes religiosos cafa-justes, malandros, capitalistas selvagens, dos enganados comerciais, televisivos, protagonizados especialmente pelos programas de entretenimentos domingueiros, apaixonados por carnaval, etc etc. e que isso basta para sermos eternamente felizes, até que a morte nos separe desta vida tão besta, tão idiota, tão desgraçada. De forma que esses caras que estão aí não têm condição alguma de fazerem análise correta do que significa a existência de um órgão federal, como o Ministério do Trabalho, para tratar de diminuir as tensões entre capital e trabalho, alimentadas pelo capitalismo selvagem. Nesse sentido, maldosamente, esses caras abandonaram por completa a história que esse Ministério construiu ao longo de sucessivos governos. Extinguiram o Ministério do Trabalho e Emprego, acreditando que apagaria a sua história, que não existem os seus protagonistas, que morreram todos, que não deixaram uma série de exemplos que devem ser respeitados. Afinal de contas, não existe história para eles, nenhuma história, nem a história deles, porque não sabem o que é isso, pra eles, toda essa turma que forma o núcleo ignorante, doentio do governo atual, não existe história, antropologia, sociologia, não existe arte, não existe cultura, não existe poesia, não existe beleza. Não existem trabalhadores, existem escravos.

CM – A seu juízo, o governo atual reforça essa corrente, digamos, conservadora, imbecil...?

RDN – Sim, os atuais integrantes do poder central conservam e idolatram essa corrente maluca, completamente equivocada, estão chocando esses ovos po-

dres em seus ninhos de ódios e ressentimentos, desde que chegaram ao poder. Querem que o silêncio, a apatia sejam respostas à indignação. Nunca foram, nunca o serão. A indignação nasceu e é criada com o ser humano. Não existe ser humano sem indignação. A pior espécie de pessoa é a subserviente. Desde que nascemos, crescemos, nos educamos, viramos gente, que a indignação nos acompanha claro, na maioria das vezes, a sufocamos com tamanha impiedade que ela pouco ou nunca se apresenta com a força que possui. A indignação pulsa como pulsa em nós o coração.

CM - Você acredita que esses “caras” não sabem o que estão fazendo?

RDN – Sabem sim. Eles são doidos, mas não rasgam dinheiro. O governo atual está empenhado diuturnamente em implantar no país o seu projeto de destruição a tudo o que existe, sob a falácia de que é preciso destruir para depois começar uma coisa nova. Como pode um governante pensar assim? Cadê o novo? É mais um blefe. Esta é uma tese pífia, insustentável, só defendida por estúpidos estrategistas do caos, sem base em qualquer que seja o estudo ou tratado social, político, cultural, contrária a qualquer tese filosófica, sociológica, antropológica. Ninguém constrói nada, destruindo tudo. Não há como partir do nada, principalmente em se tratando de projeto de nação. Nesse sentido, o nada dá em nada, leva ao aprofundamento de crises, à completa barbárie histórica, ao final, disso tudo, sairemos muito mais humilhados, destruídos do que estamos hoje.

CM – O que pode nos dizer sobre a Chacina de Unai?

RDN – Considero um termo terrivelmente cadavérico, carregado de pautas de sofrimento por parte de amigos de ofício, familiares, pauta de morte, de assombração, de emboscada, de rastro de sangue, de desrespeito à vida de profissionais que foram covardemente assassinados, enquanto cumpriam as suas obrigações, cumpriam parte da missão sagrada que lhes conferem a lei e a determinação de seus ofícios. É preciso que se entenda que o crime de Unai feriu o Estado Brasileiro. Mas nem isso levaram em consideração, mandantes, executores. Eu tive a oportunidade de ver cópia de fotos que integram as páginas do processo penal do crime, traziam marcas de buracos de tiros na nuca dos colegas, a indicar que tentaram, em vão, fugir das balas traiçoeiras que os alvejavam, que os levaram à

morte. Quanto ao julgamento, a Chacina de Unai é a prova mais contundente de como o poder, em todas as suas formas, desde o político partidário de plantão, ao judiciário, tratam, quando são provocados, dentro de suas competências legais, para o reparo de atitudes covardes, causadas por patrões inescrupulosos que não respeitam seus empregados, seus trabalhadores, não querem obedecer a lei, mas que possuem muito dinheiro. Ao escrever a peça: “O Julgamento de Unai ou quatro atos de uma ópera bufa”, por solicitação do SINAIT, transformada em musical pela Cia Forte de Teatro, de Belo Horizonte, dirigido e levado ao público, de forma magistral, pelo teatrólogo Carlos Delgado, em setembro de 2007, durante o encerramento do 22º ENAFIT, procurei através de versos, com o emprego de sílabas tônicas curtas, fôlego verbal popular, emprego proposital do rimário de cordel, chamar a atenção justamente para esse aspecto: a farsa que pode dominar, desde o nascedouro, até a ponta final, crimes que envolvem a participação de pessoas detentoras de poder econômico, em nosso país, como aconteceu com a Chacina de Unai, que tirou a vida de três colegas auditores-fiscais, e um motorista oficial, em janeiro de 2008, cujos mandantes pertencem à família dos maiores plantadores de tomate do país, os irmãos Mânica, um dos quais eleito Prefeito de Unai, no período em que ocorreu os assassinatos.

CM - Uma pergunta que não quer calar. Na sua Poesia há registro de sangue daqueles que tombaram no exercício da atividade tentando desacorrentar os escravos da sanha capitalista?

RDN – Walter Benjamin, extraordinário escritor e crítico literário alemão, deixou escrito que “não há documento da cultura que não seja ao mesmo tempo, um documento de barbárie. A história humana está entrecortada de acontecimentos bárbaros. Os indivíduos parece não sobreviverem sem barbárie. Digo parece, porque sinceramente não acredito nesse pressuposto. Tenho outra idéia sobre essa questão. O que escrevo em poesia, porém, não deixa de ser um documento do meu tempo. Toda a minha vida foi perseguida por um horizonte em desatino, ameaçador a todo instante de tragédias anunciadas. Não é a toa que o nosso entardecer e amanhecer cultivam a cor vermelha, em seu horizonte, entre seus tons escuros e claros. A violência, em todos os sentidos, inclusive estatal, é uma máxima que dominou o cerco a toda e qualquer forma de linguagem do meu tempo. Não

é de hoje em nossa país que subestimamos a barbárie, a cada dia que passa cada vez mais naturalizada, principalmente quando não atinge diretamente a nós mesmos, ou membros da família, ou pessoas mais próximas. Justificamos, nem sempre através da voz, mas em silêncio, que tudo passa logo, que a vida continua.

CM – Então é fácil esquecer a dor?

RDN – Acharmos fácil esquecer a dor. Você acha que é fácil esquecer a dor? Mas é assim mesmo que acontece, facilmente esquecemos a dor. Não interessa que seja insuportável, abafamos a dor. Tratamos a dor da forma mais hipócrita possível. Daí a minha poesia ser assim, repleta de diálogos com o meu tempo. É dessa agonia temporal que busco retirar a matéria-prima para construir o prazer estético do que escrevo, e tornar, dessa forma, a palavra um veículo de reflexão sobre o nosso tempo. É a partir daí que as palavras ganham força e entram em movimento. Não posso negar, aproveitei o máximo a minha experiência de Agente Público, o embate com o mundo do capital e do trabalho, o dia a dia das ações fiscais, para fortalecer o meu código de conversa com as palavras. A presença do escuro, da noite, da morte, das cinzas, da ferrugem, da ruína, são indicadores do caldo de tudo isso que vivi e vivo. Daí o meu projeto literário, que trabalho há mais de duas décadas, que eu chamo de “vidapalavra”, tendo como substrato o meu primeiro livro editado: A Profissão dos

Peixes”, que passei mais de vinte anos escrevendo, para fazer duas edições, e continuo a reescrevê-lo, para comprovar que a minha experiência poética, passa pela minha experiência de vida, que não para. O desafio de realização estética e de linguagem, é reeditá-lo em cinco decisivas edições, sempre revistas e diminuídas.

CM - Por que revistas e diminuídas? O que isto significa?

RDN – Vou resumir: tal concepção poética partiu do entendimento de que a poesia lida muito mais com o menos do que com o mais. O menos é o seu limite. O que no fundo implica, então, em elaboração ininterrupta do discurso da memória e do encanto poético, e a potencialização das estruturas significativas da linguagem

CM - A poesia resolve?

RDN – Não acredito que a poesia tenha o poder de resolver alguma coisa. Não é para isso que ela existe. A poesia não se propõe a dar resposta a nada. Se o poeta pensa em usar a poesia para dar alguma resposta, posso garantir que está redondamente enganado. Pode procurar outros caminhos, não o da poesia. O papel da poesia é provocar. A poesia provoca muito mais do que se pensa. Abre verdades para a interpretação, para a reflexão, por exemplo. Não penso a poesia como diversão. Nada disso. Toda arte, como a poesia, a expressão da mais absoluta arte, aprende a confrontar-se com a subjetividade, de maneira muito objetiva, reinventando-a, para fortalecê-la. Vai

além, desperta o sistema límbico responsável pela emoção humana, tão mal educada, por isso tão dilacerada em nosso cérebro, tão absurdamente maltratada.

CM – E para terminar? Tem mais alguma palavra?

RDN – Fico com a colagem de alguns versos do poema de Drummond, do seu poema confissão, sabendo que o saldo disso tudo, de tudo que aprendi, do que pude expressar, como Servidor Público, tanto quanto como cidadão, o que me restará, quando me dispuser a juntar os cacos para tentar recompor-me como homem que sou, que continuarei sendo, até ir embora definitivamente para Pasárgada, é poder dizer, de cabeça erguida, olhando para o outro, no olho do outro, disposto a conversar, a ler-me, a ouvir-me, sem pedir desculpas à folha de papel por tê-la quem sabe, ferido o sol branco do seu chão, do seu céu, alguma vez, com a ponta da minha caneta, com o estilete do meu delírio, confirmar finalmente que passei pela vida, sem dar vexames, sem ser piegas, sem dobrar-me à mediocridade, sem ser cego, sem virar o olhar para a verdade que me chocava, e que me choca, sem nunca ter escondido os olhos embaixo de um catre, poder dizer claramente, através do meu testemunho pessoal, e da minha poesia que amei bastante meu semelhante, e que, digamos, proferi algumas palavras melodiosas, ao voltar da festa.

Lixão-Esperantina/Pi-trabalho infantil



AITEPI sob o olhar dos Auditores Fiscais...



Margarida Lúcia Mendes Rocha de Alencar, atual vice-presidente da AITEPI

Por Carlos Mascarenhas

“Como toda organização da sociedade civil, a AITEPI é de fundamental importância, principalmente para o processo democrático em nosso país. É a voz da Auditoria Fiscal do Trabalho no Piauí. É uma voz que não se confunde. Se levanta na defesa dos interesses da própria categoria, em favor e na defesa dos direitos dos trabalhadores. Ao longo desses 40 anos, em momentos difíceis da sociedade civil organizada, nossa associação sempre tomou decisões acertadas. Por isso repito que a AITEPI sempre foi de fundamental importância, e continua sendo, pois sempre soube de que lado está: na defesa das nossas prerrogativas e pelos

direitos dos trabalhadores, principalmente nesse momento difícil que passa nosso país, de ataques aos direitos da classe trabalhadora, de ataque ao combate as formas mais perversas de trabalho, no caso o trabalho escravo, infantil..., causas que abraçamos, defendemos combatendo suas práticas com muita garra e isso fica comprovado porque nossa AITEPI cada vez mais se fortalece, ao zelar pela equidade nas relações de trabalho em nosso país”.

Margarida foi aprovada no concurso público pra auditora fiscal de 1985. Presidiu a AITEPI por dois mandatos: de 1996 a 1997 e de 2004 a 2005. Hoje é vice-presidente.



Ingrid Samanta Mazza Morais

Ingrid Samanta Mazza Morais: “Orgulho-me de fazer parte dessa categoria que bravamente tem escrito uma história de luta em defesa da classe trabalhadora, e do equilíbrio na relação de trabalho. A AITEPI nesses 40 anos, passou por um período

de redemocratização, de pós-ditadura, e iniciou sua história nesse momento importantíssimo para o país. Hoje, de reforma pós-trabalhista, “a gente continua essa luta, tentando equilibrar a relação capital versus trabalho, onde as pessoas possam fazer um

planejamento financeiro em busca de um futuro melhor, ser um povo mais desenvolvido, consciente dos seus direitos, inclusive de seus deveres cívicos”.

Para Ingrid, as conquistas acontecem todo dia, e “é nossa tarefa defendermos a AITEPI, a categoria, o cidadão, o trabalhador e nosso país”. Diz que a AITEPI completar 40 anos, mostra sua vitalidade, força que

nasceu e cresceu com a luta de vários companheiros (as) pra ela ser o que é hoje, uma entidade respeitada pela categoria e pelo conjunto do movimento sindical. Em resumo, “esses 40 anos AITEPI merecem sim ser lembrados”.

Ingrid Samanta presidiu a AITEPI durante dois mandatos: de 2014 a 2015 e de 2015 a 2017.



Cândido Bezerra da Silva presidiu a AITEPI em 1983

Cândido Bezerra da Silva foi aprovado em concurso de 1975, para o cargo de Auditor Fiscal. Tomou posse no Ministério do Trabalho no dia 12 de maio de 1978. Hoje, aposentado, ressalta a importância da AITEPI completar 40 anos com o mesmo vigor na defesa da categoria...

Lembra de um caso que aconteceu lá em Picos, quando fora fiscalizar um armazém que vendia secos e molhados. “O empregador confinava os empregados. Trabalhavam no balcão,

eram vendedores e arrumadores. Tinham que tirar todas as mercadorias: açúcar, arroz, feijão, naquele tempo surrão, e “nós chegamos lá e fizemos o flagrante. Dos 17, 8 estavam sem a CTPS assinada”. O empregador não permitia que eles saíssem pra trocar de função. Quando estávamos quase terminando nosso trabalho, ele chegou. O promotor falou - esse cidadão anda armado. O empregador perguntou o que estávamos fazendo ali, me identifiquei, mas quando o promotor se identificou ele

falou - estou à sua disposição. Deu meia-volta, entrou no carro e saiu. No dia seguinte ele foi ao MTE com o advogado. Queria saber por força quanto era o valor da multa, o que

lhe disse: o MTE só multa se o senhor não atender a nossa notificação. Mas foi lavrado o auto de infração por empregado sem registro, e troca de função”.



Lina Josefina de Castro Nogueira (Lina)

Lina Josefina de Castro Nogueira (Lina), sobre a iniciativa da atual diretoria da AITEPI lembrar os 40 anos de existência, disse que é motivo pra ficar muito feliz, “porque essa associação significa muito pra nós. Ela nos une, isso é uma maravilha. A categoria

que tem uma associação tão comprometida como a nossa, pode se considerar muito feliz. Temos colegas aposentados e outros que estão ativos na fiscalização, mas a amizade é a mesma. Fico muito feliz por fazer parte dessa comemoração de 40 anos da AITEPI”.

de medição de conflitos individuais e coletivos “durante longos 12 anos, justamente quando o processo de redemocratização era vivenciado com muita força nas relações do trabalho”. Participou ainda do combate ao trabalho infantil de 1996 a 2002, junto com vários órgãos da Administração Pública: da União,

Estado, Municípios, Poder Judiciário e sociedade. Pontua que este seu trabalho está inscrito na sua dissertação de mestrado em Coimbra/Portugal. E como resumo da ópera: “Fiscalização Trabalhista ainda é muito importante e ela permanece viva em quase todos os países da Comunidade Europeia”.

Elzira Santana disse que embora ausente da Associação há vários anos, em virtude de residir em Fortaleza-CE, reconhece por acompanhamento das atividades, que a entidade atua de forma a favorecer

plenamente os interesses da classe dos Auditores Fiscais. Na ocasião das comemorações dos 40 anos da AITEPI, de trabalho contínuo, “congratulo-me com todos os seus componentes e auxiliares”.



Sônia Maria Brandão Boavista, presidiu a AITEPI em 1982

Sônia Brandão acha interessante a iniciativa da AITEPI lembrar seus 40 anos, editando uma revista de resgate de uma história para as novas gerações. “A AITEPI serve de intermediação entre os associados e o SINAIT. Aproxima os interesses dos associados à luta do SINAIT”. Para Sônia a AITEPI nasceu da necessidade de reunir os Inspectores Fiscais, à época eram assim denominados, hoje Auditores Fiscais do Trabalho. O direito de associação a sindi-

cato só veio com a CF/88. “As associações cumpriam o papel dos sindicatos”. Diz que era necessário unir a classe para fortalecer as ideias de desenvolvimento do Brasil através das Relações do Trabalho. “Os agentes estavam dispersos também em suas reivindicações por melhores ambientes de trabalho e de reconhecimento dos seus direitos como servidores públicos”.

Sônia trabalhou como auditora de 1975 até 2003. Exerceu várias atividades, sendo a



Francisco Amorim de Carvalho, presidiu a AITEPI em 1981

Francisco Amorim considera “excelente” a iniciativa da atual diretoria da AITEPI editar uma revista. “Vai relembrar a história de muitas lutas em prol da valorização de uma categoria que luta todo dia em defesa dos trabalhadores, sem falar que favorece também o patrão através das informações repassadas, das fiscalizações ou dos plantões fiscais”. Amorim observa que nos dias atuais, a atuação da associação se faz necessária para a consolidação das conquistas e continuar lutando democraticamente em prol da ampliação de novas melhorias do servi-

ço público, “tão importante na luta entre o capital e o trabalho”. Amorim sugere que a AITEPI deve sempre ficar vigilante na proteção dos direitos de seus associados, passando confiança de que “a nossa associação é um porto seguro”.

De todas as fiscalizações por onde passou, Amorim diz que a que mais gostou foi a de fiscalização do trabalho. Gostava de fazer o trabalho de assinatura da CTPS, salário, jornada de trabalho do obreiro, em resumo, diz que amava o plantão fiscal, porque “atendíamos não só os obreiros, mas também os patrões”.



O CABRA DA PESTE E O CABRA SAFADO

José Costa Dias Irmão, Auditor Fiscal e Poeta

Quem nasce no bioma caatinga,
É chamado de catingueiro,
Aprecia uma boa pinga
E tem vocação para ser vaqueiro.

No sertão tem vaqueiro bom,
Tem um povo acolhedor e devoto,
Também tem cabra safado,
Que teima em vender o voto.

O vaqueiro para o sertão é um patrimônio cultural,
É parte de tudo que lá tem de bom.
Na Serra da Capivara, o Parque Nacional,
Com os achados de Niède Guidon.

Vestido de perneira, guarda-peito e gibão,
Montado num cavalo ligeiro,
Não tem boi brabo para um grande vaqueiro.
Depois de dar, na cauda do bicho, com a mão,

Não tem boi mandingueiro
Que um experiente vaqueiro não dê com ele no chão.
Eu digo pra vocês,
Doutores formados,

Que fazem parte da academia,
São instruídos e letrados,
São mestres em filosofia,
Falam fluentemente o inglês,

Conhecem o mundo pelo avesso,
Eu mal falo o português,
Mas nenhum conhece o que eu conheço.
Sou um caboclo da roça,

Convivo com gente de todos os níveis,
Da legião dos invisíveis,
Faço para dessa joça.

Vou lançar-lhes um desafio,
Não tem um de vocês que acompanhe minha ginga,
Duvido que esses cabras acostumados nesse arzinho frio,
Topem encarar uma pega de boi na caatinga.

Vou lhes falar da pega de boi na Fazenda Porrotó,
Por dois vaqueiros de fama,
Galego de Joana e Zé do Aió.
Os cabras levaram frito na gibeira,

De carne com mocotó,
Na hora de comer,
Olha onde foram se meter!
Só acharam sombra num juazeiro

Onde morava um sanharó.
O gibão serviu de mesa,
Onde espalharam a fritura,
E com muita sutileza,

Também quebraram a rapadura.
Sem os cabras perceberem,
Apareceu abelha pra todos os lados,
Sem uma colher comerem,

Ficaram todos apavorados.
Com as tripas roncando de fome
E meio amarelados,
Nem lembravam mais um do outro o nome,

Pareciam potros castrados.
Vote, olha em que diabo deu!
Trazer tanta rapadura
E passar pela amargura

De beber só água pura!
Vestiram os guarda-peitos,
Deram o nó na cintura
E voltaram pra suas casas

Pra arrumar outra aventura.
O pior é contar a proeza,
Escapar da decepção,
Dois vaqueiros arrojados,

Agora, uma dupla de paspalhão.
Só inventando uma saída
Pra remediar a situação.
Abater um bode do Zé

É a única solução.
Dito e feito, bode morto,
Churrasco preparado.
Todos de barriga cheia,

É só voltar pro campeado.
Deram com o boi na mata,
Era arisco pra danar.
De barbacacho passado no queixo,

É hora de arrochar.
Partiram pra cima do touro,
Açoitaram a cavalaria,
Voava estilhaços pros ares
Que ofuscava a luz do dia.

Embrenharam-se na caatinga
Foguetados atrás do boi,
Dos cascos, saiam faíscas,
Um passou, o outro se foi...

Levavam jurema no peito.
Passaram por baixo de um jacurutu,
Entraram num bequinho estreito,
Entre dois pés de umbu.

Saía lasca de pereira,
Retorciam-se galhos de pau ferro,
No meio de toda essa bagaceira,
O boi velho abriu o berro.

Os cavalos emparelharam o bicho,
Que se viu aperreado.
O animal já pedia clemência,
Zé do Aió agarrou no rabo

E Galego de Joana deu assistência.
Zé adiantou o cavalo,
Puxou a traseira do boi para a frente,
Levantou um pouco a mão,

Foi no embalo,
Sapecou animal no chão
Que o espinhaço deu um estalo.
O bom vaqueiro representa o sertanejo de vergonha,

Que não pede favor a político pra não morrer de cerimônia.
Não fica acomodado roendo a unha,
Não espera só pela sorte,

Honra as palavras de Euclides da Cunha,
“É antes de tudo um forte”.
O nordestino cabra da peste,
Desde menino, com o próprio suor, se veste,

Com a força do Senhor, o sertanejo tudo pode,
É só não se iludir com conversa fiada,
Cuidar de sua criação de bode,
Que, daqui a pouco, terá uma boiada.

Tem que diversificar as atividades,
Cultivar espécies resistentes à seca,
Introduzir técnicas de convivência com a estiagem prolongada,
Não acreditar em facilidades,

Não se meter com quem vive de treta
E livrar-se de gente enrolada.
Não se aproximar de político prometedor,
Não trocar o voto por favor,

Não votar por amizades,
Ser um consciente eleitor.
Enquanto o sertanejo barganhar com seu voto,
Será sempre um cabra sem valor,

Nenhum santo vai lhe querer pra devoto,
Vai ser, pelo Criador, excomungado,
Sua sua plantação vai perecer,
Vai perder toda sua criação de gado,

Todas suas contas vão vencer,
Vai se tornar um cabra desacreditado,
Seu no nome vai ficar sujo no SPC.
Nenhuma galinha vai sobrar no seu quintal,

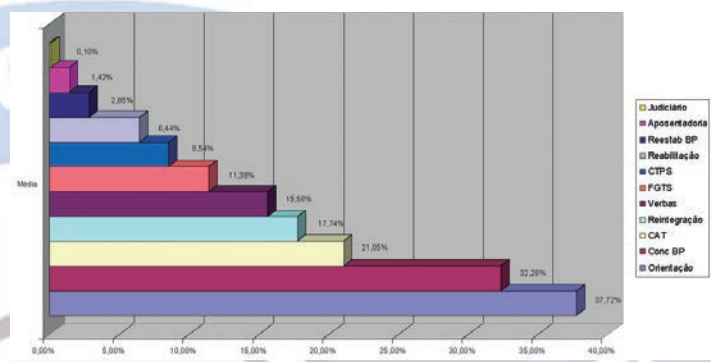
Até sua roupa vai sumir do varal,
Vai ser pelo Criador castigado,
Para nunca mais vender o voto
E deixar de ser safado!



CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ANTERIOR

Nos plantões diários da SRTE/PI, trabalhadores acidentados ou portadores de doenças ocupacionais sem CTPS anotada ou sem CAT preenchida eram encaminhados à Justiça do Trabalho.
 Formalizado GRAAT – portaria DRT/PI – 037 / 17/04/2000.

RESULTADOS ALCANÇADOS



RESULTADOS ALCANÇADOS

CASO 01 - V.G.A, 43 anos, Masculino, Marceneiro, Acidente de Trabalho em 06/06/99 – Serra Circular atingiu Antebraço direito com fratura, submetido a duas intervenções cirúrgicas. Deformidade ao nível do pulso direito, com atrofia muscular – rigidez em flexão de todos os dedos da mão direita com imobilidade do punho “mão em garra”. Após reabilitação pelo INSS a Empresa não aceita sua reintegração profissional pois o mesmo além de apresentar seqüelas importantes era portador de HIV. Após mesa de negociação, reintegrado na função de porteiro.

CASO 02 - M. S. S. M, 27 anos, Feminino, Rotuladora, com excelente histórico funcional, Acidente de Trabalho em 15/02/02. Perda da falange do 1º e 3º dedos da mão esquerda. Auxílio – Doença Acidente com afastamento 16 meses. Retorno ao trabalho – sofreu assédio moral. Indiferença pelo proprietário e colegas de trabalho: “Você não quer mais trabalhar?”, “Você é suja.”, “Peça sua demissão.”; punida com suspensão por estar com roupa suja. Abalada psicologicamente, afastou-se da empresa por 5 meses, sobrevivendo “quebrando côco babaçu” na zona rural de Teresina. Após mesa de negociação reintegrada. – atualização do salário; fornecimento de fardas; reunião com todos os trabalhadores para retratação.



CASO 03 - V.H.S.S., 28 anos, Masculino, Serviços Gerais, acidente de trabalho em 2002, enquanto realizava uma atividade elétrica, sem treinamento e equipamento de proteção individual, sofre choque elétrico, com perda do braço direito, antebraço esquerdo e de dois pododáctilos esquerdos. Não tendo solução administrativa, foi encaminhado para a justiça do trabalho, sendo solucionado após 4 anos.

CONCLUSÃO

Através da negociação tripartite, tem sido possível o resgate do direito da cidadania do trabalhador, a reintegração no mercado de trabalho, a pós a reabilitação profissional e a reparação dos prejuízos legais ocorridos em decorrência dos acidentados de trabalho.

OBJETIVOS E RESULTADOS VISADOS:

- Receber e fiscalizar denúncias que envolvam AT, com emissão de relatórios;
- Realizar reuniões com os trabalhadores e empresas para a resolução das irregularidades encontradas;
- Lavrar Termos de Regularização Trabalhista;
- Propor estratégias de ação que visem eliminar a discriminação e promover a prevenção, em matéria de AT, como realização de eventos de sensibilização ou similares, bem como produção e distribuição de material informativo;
- Firmar parcerias em forma de termo de cooperação com as diversas organizações do estado;
- Diagnosticar os setores com maiores incidências de acidentados de trabalho e doenças ocupacionais no Piauí;

PÚBLICO-ALVO DA INICIATIVA

- PRIORITÁRIO** - Trabalhadores acidentados e portadores de doenças ocupacionais que tiveram negado os direitos: assinatura da carteira de trabalho, preenchimento da CAT.
- Trabalhadores reabilitados pela Previdência Social, não reintegrados pela empresa.
- SECUNDÁRIO** - Empresários que necessitam melhorar as condições do meio ambiente de trabalho, prevenindo AT e doenças do trabalho.

FUNCIONAMENTO DO GRAAT

- 1º PASSO** - O trabalhador acidentado ou portador de doença ocupacional busca a SRTE, quando tem seus direitos negados.
- 2º PASSO** - No plantão é preenchida uma ficha de identificação da temática e encaminhada ao GRAAT;
- 3º PASSO** - Mesa de negociação: representantes da classe trabalhadora e empresarial, AFT médico e advogado;
- 4º PASSO** - Termo de Regularização Trabalhista.

RESULTADOS ALCANÇADOS

QUALITATIVO - Resgate da cidadania do trabalhador
QUANTITATIVO - Regularização dos direitos trabalhistas do trabalhador doente ou acidentado, em 815 casos. Somente 3 casos foram encaminhados à Justiça do trabalho.

